

Governo planeja criar aldeias agrícolas

Projeto encampado pela Secretaria de Desenvolvimento Social prevê a ocupação de migrantes em agroindústrias

O problema nacional de migração de pessoas de baixa renda que, em muitos casos acaba se transformando em mendicância, pode começar a ser resolvido este ano, tendo Brasília como ponto de partida. Um projeto de reordenamento da migração de baixa renda no DF, de autoria do psicólogo Jamilson Teles, foi apreciado pela secretária de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária, Maria do Barro, que se encontra empenhada no sentido de conseguir a aprovação junto ao GDF. "Seria a implantação das aldeias de produções agrícolas, ou seja, as agrofábricas", antecipou Janilson.

De acordo com Janilson Teles, a grande expectativa é que durante esse primeiro semestre seu projeto esteja sendo executado em vários pontos da cidade. "Fixaremos o homem migrador, e mesmo que se trate de uma mão-de-obra não especializada, teremos uma grande empresa de migrantes que, apesar de suas deficiências, sabem desenvolver o trabalho de plantio no campo", explicou Janilson.

Albergues — Ontem, o Centro de Assistência Social (CAS) em Taguatinga, acolhia o dobro do número de pessoas para o qual foi projetado, ou 935 albergados, entre adultos e crianças. Criado, há três anos, sua capacidade de lotação é de 450 vagas, distribuídas entre os seus 12 alojamentos. A administradora da instituição, Luzia do Carmo Martins, prevê baseada nos dados do número de alojados do CAS, que a cidade esteja abrigoando cerca de duas mil famílias de migrantes de baixa renda.

Dos migrantes a metade se encontra albergada no CAS e o restante são que não possuem residências fixas: os alcoólatras, pedintes, entre outros. Em 1993, o CAS atendeu 4.900 famílias e o maior problema enfrentado pelo Centro de Atendimento é a reincidência. "Uma grande parte dessas pessoas é conhecida por nós como turistas sociais ou 'treizeiros'. Vivem visitando albergues de um estado para o outro", revelou Luzia do Carmo. Ela disse que estas pessoas são beneficiadas com passagens de ônibus dadas pelas autoridades e instituições das cidades em que passam.

Grande parte destas pessoas não traz sequer documentos pessoais, dificultando assim o mapeamento dos locais de origem. Quando chegam ao CAS, ficam albergadas durante 30 dias, mas como não possuem mão-de-obra qualificada, dificilmente conseguem emprego. A fome faz com que estes migrantes carentes oriundos do Norte e Nordeste se dirijam a Brasília na intenção de terem uma condição de vida mais digna, mesmo que temporária, nos albergues.

O CAS que atravessa uma situação de superpopulação, passou a conviver também com o problema de alimentação. "Os adultos nem sempre fazem suas refeições no albergue; saem pela cidade pedindo esmolas, enquanto nossa atenção especial é com as crianças de zero a 6 anos. "Os pequeninos têm um acompanhamento nutricional e recebem leite, suco e vitaminas diariamente", afirmou Luzia do Carmo.